

**SOCIEDADE CULTURAL EDUCACIONAL DE ITAPEVA
FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS E AGRÁRIAS DE ITAPEVA**

**O PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO: LEITURA E ESCRITA
NOS ANOS INICIAIS**

Lourdes Aparecida de Oliveira

Itapeva – São Paulo – Brasil
2014

**SOCIEDADE CULTURAL E EDUCACIONAL DE ITAPEVA
FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS E AGRÁRIAS DE ITAPEVA**

**O PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO: LEITURA E ESCRITA
NOS ANOS INICIAIS**

**Lourdes Aparecida de Oliveira
Profa. Delci Lacerda**

Trabalho apresentado à Faculdade de Ciências Sociais e Agrárias de Itapeva como parte das obrigações para obtenção do título de Bacharel em Pedagogia.

Novembro / 2014
Itapeva - SP

AGRADECIMENTOS

À Deus por proporcionar o milagre da existência e iluminar o meu caminho, dando forças para superar todos os obstáculos.

Aos meus pais Aparecido Oliveira (in memoriam) e Celina Oliveira por me mostrarem a importância do respeito ao próximo, por me darem o incentivo e perseverança em superar todos os momentos difíceis.

Ao meu esposo Nilto José, pela dedicação, paciência e compreensão a mim dedicadas.

Ao meu filho Ederson Alex que é a razão da minha vida.

À minha orientadora Professora Delci Lacerda por não medir esforços durante a realização desse trabalho, pela confiança, amizade, incentivo, compreensão, esclarecimentos e grandiosos ensinamentos.

A FAIT, por me proporcionar grandes conhecimentos.

O PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO: LEITURA E ESCRITA NOS ANOS INICIAIS

RESUMO- O presente trabalho tem por tema central O processo de alfabetização. A alfabetização envolve um conjunto muito complexo de fatores e exige habilidades e competências necessárias para lidar com estes desafios e requer um conhecimento considerável concernente às teorias e métodos. A origem do termo alfabetizar deve-se ao ensino do alfabeto e “ao primeiro método de ensino, que conhecemos pelo nome de alfabético”. O processo de alfabetização é amplo e complexo e implica não só a capacidade intelectual, mas também diferentes fatores de ordem social, emocional, físico e psicológico da criança e requer dos educadores interação com todas as áreas para que o aluno possa desenvolver suas potencialidades Sendo de suma importância para que o educador que trabalha nos anos iniciais possa dominar o conceito de alfabetização e entender como a alfabetização e letramento acontecem nas atividades em sala de aula com seus educandos na medida em que eles se alfabetizam, uma vez que o resultado da ação de ensinar ou de aprender a ler e escrever leva o aluno ao exercício das práticas sociais de leitura e escrita, cuja é a finalidade da educação. O objetivo do trabalho foi compilar informações sobre a intervenção do professor no processo de alfabetização nos anos iniciais. Onde alfabetizar é dar condições a criança de ser capaz de ler e escrever fazendo o uso correto da língua escrita significa enfim, orientar a criança para o domínio da tecnologia da escrita. Foi realizado através de levantamento bibliográfico de caráter qualitativo. Conclui-se que alfabetização e letramento são processos distintos, cada especificidade, mas complementares e inseparáveis, ambos indispensáveis para a aquisição da leitura e da escrita pelos alunos.

Palavras-chave: alfabetizar, dificuldade de aprendizagem, letramento

THE PROCESS OF LITERACY: READING AND WRITING IN THE INITIAL YEARS

SUMMARY- The present study has as its central theme the literacy process. Literacy involves a very complex set of factors and requires skills and skills required to deal with these challenges and requires considerable knowledge regarding to the theories and methods. The origin of the word alphabetize is teaching the alphabet and "when first teaching method, we know by the name of alphabetical". The literacy process is broad and complex, and involves not only intellectual capacity, but also different social factors, emotional, physical and psychological child requires educators interaction with all areas so that the student can develop their potential Being of paramount importance for the educator who works in the initial years can overpower the concept of literacy and understand how literacy and literacy activities happen in the classroom with their educand. Where literacy is to give the child conditions to be able to read and write by making correct use of written language means anyway, guide the child into the field of technology of writing. Was accomplished through bibliographical survey of qualitative character. It is concluded that literacy and literacy are distinct processes, each specific but complementary and inseparable, both indispensable for the acquisition of reading and writing by students.

Keywords: literacy, learning disability, literacy

SUMÁRIO

	Página
1 INTRODUÇÃO.....	6
2 REVISÃO DE LITERATURA.....	8
2.1 Breve histórico de alfabetização.....	8
2.1.1 Processo de alfabetização.....	10
2.2 Alfabetização e letramento.....	12
2.3 Perspectiva histórica da leitura e escrita.....	14
2.4 A leitura e a escrita na alfabetização.....	19
2.5 Dificuldade em ler e escrever.....	21
2.6 Distúrbio de aprendizagem da leitura e da escrita.....	24
2.7 O papel do professor junto aos alunos com dificuldade de aprendizagem...	25
3 MATERIAIS E MÉTODO.....	28
4 RESULTADO E DISCUSSÃO.....	29
5 CONCLUSÃO.....	30
6 REFERÊNCIAS.....	32

1. INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, a demanda pela leitura e pelo domínio da escrita em nossa sociedade é cada vez maior. A leitura é exigida para que se possa ter acesso a informações ligadas das mais diferentes formas, seja na escola, no trabalho ou para ser inserido na sociedade.

A alfabetização abarca um conjunto complicado de fatores e demanda capacidades imprescindíveis para lidar com estes desafios e solicita um conhecimento considerável referente às teorias e métodos.

O processo de alfabetização é extenso e difícil e sugere não só a capacidade intelectual, mas também diversos fatores de ordem social, emocional, físico e psicológico da criança e requer dos educadores influência com todas as áreas para que o aluno possa desenvolver seu potencial (PEREIRA; FERREIRA, s.d).

“Ao longo do tempo o conceito de alfabetização mudou para responder as necessidades da sociedade, muitos métodos e processos de alfabetização foram criados, modificados e adaptados tentando aperfeiçoar ao máximo o processo de ensino da escrita e leitura. Enquanto necessidade a alfabetização é um ponto indiscutível, porém, a utilização do método e da cartilha no processo é um tema que gera polêmica por parte dos professores alfabetizadores” (CESCA, 2004).

A alfabetização tem constitui um tema bastante discutido pelos que se preocupam com a educação, já que há muitas décadas se notam as problemas de aprendizagem, as inúmeras reprovações e a evasão escolar.

Ultimamente, vive-se em uma sociedade, em que as crianças chegam à Unidade Escolar com vários tipos de conhecimentos em relação à cultura letrada (ALMEIDA; FARAGO, 2014).

Diante desse pressuposto percebe-se a necessidade que se coloca para a escola: a de possibilitar ao aluno uma formação que lhe consinta compreender criticamente os fatos sociais e nele interagir. Para isso o aluno necessita apropriar-se do conhecimento, dos meios de produção e de exposição desse conhecimento, que estão estritamente vinculados à linguagem, especialmente no que se refere à

leitura e a escrita. Dessa forma objetiva-se o presente trabalho compilar informações sobre a intervenção do professor no processo de alfabetização nos anos iniciais.

O referido trabalho é de fundamental importância para que o educador alfabetizador possa intervir no processo de aprendizagem de seus alunos de maneira mais ativa e melhor embasada no que diz respeito ao processo de obtenção de leitura e da escrita.

2 REVISÃO DE LITERATURA

2.1. Breve histórico de alfabetização

Segundo Araújo (1996), a história da alfabetização pode ser analisada em três períodos: o primeiro abarca a Antiguidade e a Idade Média, quando preponderou o método da soletração: o segundo se distinguiu pelas reações ao processo da soletração e concepção de novos métodos sintéticos e analíticos, compreende os séculos XVI a XVIII, e que se alargou até a década de 60; e o terceiro período, o contemporâneo caracterizado pelo questionamento da necessidade de agregar os sinais gráficos da escrita aos sons da fala para aprender a ler.

Na antiguidade foi instituído o alfabeto e o primeiro método de ensino: a soletração, também chamado alfabético ou abc. Conforme Marrou (1969), a alfabetização acontecia por um processo lento e complicado, começava pela aprendizagem de 24 letras do alfabeto e as crianças tinham que decorar os nomes das letras, primeiro na ordem, depois em sentido inverso. Apenas depois de decorar era exibida a forma gráfica. A tarefa seguinte era integrar o valor sonoro à respectiva representação gráfica. As primeiras letras exibidas eram as maiúsculas, distribuídas em colunas, depois vinham as minúsculas, quando os aprendizes haviam memorizado a associação das letras às formas, processos semelhantes eram feitos com as famílias silábicas. Assim, muitos estudiosos designaram a soletração como a “maior tortura do espírito”.

Conforme Araújo (1996), muitas eram as estratégias empregadas na Idade Média para promover o alcance da leitura pelas crianças. Examinando peças de museus, foi possível descobrir suportes de textos usados na época, como alfabetos de couro, tecido e até mesmo em ouro. Porém, acredita-se que as crianças das famílias de baixo poder aquisitivo também tinham acesso à aprendizagem da leitura e da escrita.

Havia ainda outras estratégias usadas na alfabetização. Na Itália era comum servir bolos e doces com formatos de letras. Após apresentarem o alimento com

formato de letra, ensinavam o seu nome e as crianças comiam. Eis a origem das atuais sopas de letrinhas.

A partir do século XVI, pensadores começaram a manifestar-se contra o método da soletração, em função da sua dificuldade. Na Alemanha, é apresentado um método com base no som das letras de palavras conhecidas pelos alunos. Na França é reinventado o método da soletração: em lugar de ensinar o nome das letras ensinava o som, na tentativa de facilitar a soletração. Em 1719, Vallange apud Araújo (1996) cria o denominado método fônico com o material chamado “figuras simbólicas”, cujo objetivo era mostrar palavras acentuando o som que queria representar. O excesso na pronúncia do som das consoantes isoladas levou tal método ao ridículo e fracasso. Ter em vista à superação das dificuldades do método tônico, na França foi criado o método silábico: estratégia de juntar consoante e vogal constituindo à sílaba e unir as sílabas para compor as palavras.

No método silábico, ensina-se o nome das vogais, depois de uma consoante, e, em seguida, são expostas as famílias por elas compostas. Ao contrário do fônico, no método da silabação, a sílaba é exibida pronta, sem se esclarecer a articulação das consoantes com as vogais. Em seguida, ensinam-se as palavras compostas por sílabas e outras já aprendidas.

Segundo Araújo (1996) os métodos da soletração, o fônico e o silábico são de origem sintética, pois parte da unidade menor rumo à maior, isto é, apresentam a letra, depois unindo letras se obtém a sílaba, unindo as sílabas compõem-se palavras, unindo palavras formam-se sentenças e juntando-se sentenças formam-se textos. Há um percurso que caminha da menor unidade (letra) para a maior (texto). Os métodos da palavração, sentencição ou os textos atuais são de origem analítica, pois partem de uma unidade que possui significado, fazem sua análise (segmentação) em unidades menores.

Neste breve histórico encontra-se também a cartilha, brotada da necessidade de material para ensinar crianças a ler e escrever. Até então, elas instruíam-se em livros que eram trazidos de casa, quando havia algum livro em casa. No século XIX, aparece o silabário, a primeira versão do que seria a cartilha. As cartilhas brasileiras tiveram procedência em Portugal.

A partir de 1930 acendeu espantosamente o número de cartilhas publicadas, pois isso incidiu a ser um grande negócio. Por volta de 1944, abrolha o Manual do

Professor, cuja função era orientar o professor quanto ao apropriado uso do material. E o mercado das cartilhas continuou a crescer.

Em pesquisas realizadas nos anos 1960 e 1980, as principais cartilhas adotadas no Estado de São Paulo eram: Caminho Suave, Quem sou Eu? e Cartilha Sodré (anos 1960); e No Reino da Alegria, Mundo Mágico e Cartilha Pipoca (anos 1980).

A cartilha está há muito tempo na escola. Muitos creem que ela tem um método competente de alfabetização, partindo do pressuposto de que se foi eficiente para alfabetizá-la servirá também para outras. Entretanto, as cartilhas exibem fatias que permanecem sendo copiadas por professores na sala, discretamente ou não.

Mesmo o critério mais severo por parte do Ministério da Educação para a publicação de livros didáticos, não evita a uso precário ou mesmo o uso de recursos imprecisos das velhas cartilhas.

O método global apareceu com o intuito de partir de um contexto e de algo mais próximo da realidade da criança. Sabe-se que a letra ou a sílaba, isolada de um assunto, impedem a percepção, pois são elementos abstratos para a criança. Acreditava-se que partindo da realidade da criança o processo de alfabetização auferiria significação deixando de ser tão difícil e absorto. Ele parte da lógica de que se a criança aprende a falar enunciando palavras inteiras e não pedaços delas, também aprenderão a ler e a escrever facilmente palavras com significado. Insistia-se que o professor deveria ficar o maior tempo possível na fase de exploração global das palavras, para só depois fazer a análise da palavra em sílabas.

Após a criação do método da palavração, que partia da unidade - palavra foi instituída os métodos da sentençação e aqueles que partiam de contos ou do conhecimento infantil.

2.1.1 Processo de alfabetização

O estudo científico da palavra “alfabetização” atrai para o entendimento da alfabetização como o processo de aquisição do alfabeto ou de aprender “o código da língua escrita, ensinar habilidades de ler e escrever” (SOARES, 1985).

Em função do processo de alfabetização é indispensável analisar as realidades sociais, econômicas, culturais e políticas que a definem na construção

dos métodos e materiais didáticos para esse processo, assim como a concepção do professor alfabetizador.

Destaca-se neste trabalho o ponto de vista de alguns autores cujas ideias são consideradas importantes e esclarecedoras sobre o processo de alfabetização.

Soares (1985) avalia que não seria apropriado impor um significado muito vasto à alfabetização, pois isso impediria sua especificidade, além de tornar irrealizável a configuração de habilidades básicas de leitura e escrita no momento de se determinar a competência em alfabetizar e em definir as condições técnicas em que ela acontece. Afirma ainda que a língua escrita não se institui numa representação da língua oral porque não existe perfeita correspondência entre as formas de linguagem e a escrita: “nós não escrevemos como falamos e não falamos como escrevemos”.

Franchi (1985) pondera que no processo de alfabetização, a função do professor é extraordinária na organização de que as crianças carecem, principalmente porque é necessário criar situações reais para que elas se exercitem e desenvolvam a sua formação intelectual. Assim, destaca-se a acuidade do professor em acolher a linguagem da criança como ponto de partida uma revisão e introdução das normas cultas da linguagem padrão. Tudo isto, acatando as formas usadas pela criança, que são o seu referencial básico e necessitará ser superado pela técnica da apreensão do código escrito.

A este respeito, semelhante é a opinião de Rodrigues (1985), que cita a escrita como significativa e contextualizada: social, cultural e politicamente, tornando-se possível a elucidação dos usos e funções da escrita na tentativa de abolir a artificialidade dos textos das cartilhas e manuais de alfabetização, ou seja, partir do que é natural e próprio do mundo da criança.

Entre o processo de alfabetização há uma grande brecha no quadro teórico que elucida a aprendizagem da leitura e escrita. Sendo necessária uma construção teórica para compor resultados e analisá-los de forma agregada e estruturada nos diversos aspectos que abrangem esse processo.

Diante da produção que a criança prepara o professor precisa “deixá-la escrever livre e espontaneamente, não para que ela invente seu próprio sistema”, mas para que produza tais escritas baseadas em suas próprias hipóteses, as quais mesmo não retribuindo à forma estudada na escola possam constituir-se num

progresso e num instrumento extraordinário que transportará às formas preparadas de representação gráfica do sistema alfabético.

Com isso ela alcançará a possibilidade de ser entendida e de entender as produções de outras pessoas.

2.2 Alfabetização e letramento

Lagoa (1990) apresenta a concepção que “o alfabetizado é uma pessoa capaz de ler e escrever, com uma compreensão, uma breve e simples exposição de fatos relativos à vida cotidiana.” A presente concepção nos faz perceber que para alguém ser considerado alfabetizado bastava saber codificar e decodificar sinais gráficos, com compreensão de pequenos textos como um bilhete, uma lista de compras, receita culinária e saber anotar um recado, preencher um cheque, concretizar pequenas tarefas que abrangessem a leitura e a escrita.

Porém, com o passar do tempo tal significação deixou de corresponder ou acolher as necessidades da sociedade, e segundo o autor:

“Houve um tempo que era apenas passar os rudimentos da língua para outra pessoa. Aquele que conhecia esses códigos era considerado alfabetizado. Hoje podemos dizer que o indivíduo que possui o domínio do código e realiza a tarefa de codificar/decodificar é considerado como alfabetizado” (LAGOA, 1990, p. 34).

Assim, diante do surgimento de novas situações e exigências apareceu uma nova concepção de alfabetização, segundo a qual não basta que o aluno tenha o domínio do código, mas é necessário aprender a escrever textos eficientes, o que abrange muito mais conhecimentos e habilidades do que unicamente codificar e decodificar palavras ou escrever frases. É necessário desenvolver textos apropriados a determinadas situações, pois em função de mudanças sociais, a alfabetização adquiriu proporções mais vastas e passou a ser abarcada como um processo de compreensão do sistema de escrita introduzido em outro maior, que envolve a aprendizagem da linguagem escrita e de seus usos possíveis.

Entretanto, segundo a autora, tal mudança:

“(…) ganha visibilidade depois que é minimamente penando e resolvido o problema do analfabetismo e que o desenvolvimento social, cultural, econômico e político traz novas, intensas e variadas práticas de leitura e escrita, fazendo emergirem novas necessidades, além de novas alternativas de lazer. Aflorando o novo fenômeno, foi preciso dar um nome a ele: quando uma nova palavra surge na língua, é que um novo fenômeno surgiu e tem de ser nomeado. Por isso, e para nomear esse novo fenômeno, surgiu a palavra letramento” (SOARES, 2002, p. 46).

Segundo a autora acima descrita, o letramento passou então a ser compreendido como “estado ou condição de quem não apenas sabe ler e escrever, mas cultiva e exerce as práticas sociais da escrita”.

Deste modo, o letramento, torna-se uma alfabetização em sentido vasto onde o aluno, além de dominar o código oral e escrito carece dominar outros conceitos formais de preparação dos mais diferentes tipos de textos, reconhecer seus usos, características e formas.

Nesse sentido, afirma autora ainda que:

“As pessoas se alfabetizam, aprendem a ler e a escrever, mas não necessariamente incorporam a prática da leitura e da escrita, não necessariamente adquirem competência para usar a leitura e a escrita, para envolver-se com as práticas sociais de escrita: não leem livros, jornais e revistas, não sabem redigir um ofício, um requerimento ou uma declaração, não sabem preencher um formulário, sentem dificuldade para escrever um simples telegrama ou carta, não conseguem encontrar informações num catálogo telefônico, num contrato de trabalho, numa conta de luz, ou numa bula de remédio...” (SOARES, 1988, p. 45-46).

A partir desta citação pode-se assegurar que qualquer pessoa, diante uma determinada exigência social que não consiga atendê-la em razão da falta de conhecimento sobre a escrita ou de aspectos formais de um algum texto, como um documento, um requerimento, um ofício, etc., estará sujeito a ser avaliado um analfabeto funcional ou um iletrado.

Assim, percebe-se a necessidade de permanente de atualização, aperfeiçoamento, para que enquanto docentes tenha-se condições de acolher às cobranças com as quais os nossos alunos se deparam no cotidiano.

Desta forma, a tática para a aquisição do letramento está na prática da leitura e da escrita. As pessoas que adquirem e cultivam o costume de ler terão mais facilidade de se expressar graficamente, pois, à medida que leem com frequência, vão ajuntando, assimilando aspectos formais de diferentes tipos de texto, esta prática influenciará na construção de capacidades e competências que derivarão no bom desempenho do futuro escritor.

2.3 Perspectiva histórica da leitura e escrita

De acordo com Barbosa (1994) a leitura e escrita foram aparecendo historicamente a partir do momento em que o homem aprendeu a transmitir seus pensamentos e sentimentos. Daí houve a necessidade em informar as ideias sobre como labora o sistema de comunicação.

Esse processo de registro teve começo de maneira prática

“...com a pintura nas cavernas do período paleolítico; transformou-se na pictografia (registro de ideias por desenhos copiados da natureza com relativo realismo); aperfeiçoou-se com a simplificação desses desenhos, transformando-os em ideogramas (sinais simplificados de desenhos, já sem a preocupação de fazer cópias fiéis da natureza) e resultou na criação dos fonogramas (sinais que representam os sons da língua falada), invenção essa atribuída ao povo semita, que habitava a Ásia Menor” (RIZZO, 2005, p.13).

A escrita que se tem atualmente, o alfabeto com o qual (re) construímos graficamente nosso olhar, com o qual se pode dizer das coisas e dos outros, é resultante “de longos anos de história da escrita e decorrente de sua necessidade de registrar fatos, ideias e pensamentos” (RIZZO, 2005, p.13).

Nota-se na realidade que o desenvolvimento da escrita avançou devido às observações nas mudanças de governo, nos fatores geográficos, sociais, culturais e econômicos, assim sendo os registros históricos se fizeram imprescindíveis, para garantir às gerações futuras os conhecimentos dos fatos passados.

Ao criar-se código de sinais para fixação do conhecimento, careceu de compreensão para dominá-lo, isso para que os que almejassem ter ingresso à informação escrita.

Em muitas culturas históricas, a linguagem escrita era debelada por uma casta de funcionários ou sacerdotes, o que garantia o poder através do controle da referente linguagem. Os escribas, sacerdotes do antigo Egito ou Eclesiásticos da Idade Média europeia desfrutavam desse privilégio.

Na Antiguidade, na Grécia e Roma Antiga, o ensino da leitura e da escrita,

“...enfaticava de tal forma o domínio do alfabeto (ensino do nome e das formas das letras), a ponto de o processo iniciar-se pela caligrafia e pelo reconhecimento oral do nome de cada sinal (letra). Esse procedimento era bastante repetitivo e demorado e transformava-se, numa fase posterior, na conjugação de dois, depois três sinais para serem “lidos” juntos, formando assim novos sons, sem qualquer preocupação de ligação destes a significados” (RIZZO,2005, p.14).

A respeito do processo de ensino da leitura e da escrita, Rizzo (2005, p.14), começava com exercícios de domínio de todas as possíveis combinações de letras e sons, assim passavam para a etapa posterior, na qual apenas depois de “os alunos já estarem manobrando bem penas e tintas na caligrafia das letras, estes eram, então, levados a formarem palavras, que, depois, reunidas, formavam frases e, finalmente, textos”.

A procedência do termo alfabetizar, deve-se ao ensino do alfabeto e “ao primeiro método de ensino, que conhecemos pelo nome de alfabético” (RIZZO, 2005, p. 15).

Como já foi destacado, saber ler e escrever era sinal de status, e apenas as classes da elite tinham acesso, o que seguiu até muito recentemente.

O ensino na Grécia

“...era sempre individual e cabia aos escravos (pessoas cultas retidas como prisioneiras de guerra) fazê-lo. Em Roma, em época posterior, os filhos dos ricos já iam à escola. Os professores eram, geralmente, gregos, na sua maioria, escravos dos romanos. Ensinavam a poucos alunos, em cada classe, que podia ser de meninos ou de meninas, separadamente. As aulas eram sempre na parte da manhã” (RIZZO, 2005, p.15).

Com o passar dos anos, na Antiguidade, o método alfabético sobreveio a ser discutido pelos pedagogos frente às dificuldades dos alunos em “pronunciar sons resultantes de combinações de consoantes com vogais, tendo aquelas nomes diferentes dos sons que necessitariam evocar” (RIZZO, 2005, p. 15).

Devido a esse fracasso, trocaram “por uma simplificação, que era parecido em tudo ao primeiro, entretanto não ensinava mais o nome das letras e sim o seu relativo som. Assim foi instituído o método fônico ou fonético”.

Por volta do séc. XV foi idealizada a imprensa móvel que veio ao mundo europeu romper com os modos antigos, porém designados a poucos. A partir do Renascimento a quantidade de indivíduos que dominavam a leitura e escrita veio a somar. A Reforma Protestante insistiu em que os fiéis lessem a Bíblia, o que causou o aumento do interesse pelo domínio do alfabeto.

Mais tarde com o iluminismo, novo desenvolvimento da alfabetização, sentindo-se precisão em alfabetizar a sociedade para contar com um povo alfabetizado no seu conjunto. No início do séc. XIX os estados liberais europeus ministraram planejamentos de alfabetização para escolarização de crianças obrigatoriamente (CENED, 2002).

No Brasil os portugueses descobriram povos primitivos quando chegaram às costas da Bahia no ano de 1500. Dividiam-se em tribos mediante tradição oral, passaram as consecutivas gerações os valores de seus antepassados. Estes povos eram muitas tribos indígenas existentes no Brasil acolheram os europeus, em anos seguintes foram submetidos à catequese cristã por diversas ordens religiosas. Os Jesuítas, com a intenção catequética, inseriram a primeira escola no Brasil, assim a educação jesuítica, nos chamados “tempos heroicos” (primeiros 21 anos - 1549-1570), comandados pelo Padre Manuel da Nóbrega, era organizada em recolhimentos onde eram educados mamelucos, os órfãos, os indígenas (especialmente os filhos dos caciques) e os filhos dos colonos brancos dos povoados.

A partir de 1556, Anchieta recolheu a língua falada no Brasil, na região sul e elaborou uma Gramática da Língua-Guarani, e as primeiras peças educacionais compostas a partir da matriz europeia.

Quando as tropas napoleônicas se aproximaram de Lisboa, a família real veio para o Brasil, ensinou-se uma nova Educação brasileira no Reinado de D. João VI com novos e ordenaram novas posturas da antiga e pobre colônia nos aspectos

cultural e industrial. Alguns que já haviam estudado tiveram acesso ao ensino superior, e a comunidade permaneceu analfabeta.

Com a proclamação da Independência do Brasil, continuou a mesma linha de pensamento do tempo de D. João VI, implantaram curso de direito em Pernambuco e São Paulo. A alfabetização permaneceu esquecida, nessa época o acesso à alfabetização era restrito aos padres, freiras e aos descendentes das famílias que tinham condições financeiras, pagavam o ensino particular, o catolicismo arcava com os estudos para aqueles que optavam por ser padre ou freira.

Segundo o autor:

“O Decreto Imperial de 15 de outubro de 1827 foi a primeira lei de instrução elementar, no Brasil, durante o Império e única até 1946. Por esses dados já se pode ter uma ideia do descaso com que foi tratada a educação elementar. A tradição das camadas privilegiadas de tratar a instrução elementar como tarefa da família, por meio de preceptores, dispensava a reivindicação de escolas. Quando o faziam era apenas para confirmar o discurso demagógico que permeou todas as ações da elite ante as necessidades da população” (ZOTTI, 2004. p.39).

O segundo imperador do Brasil, D. Pedro II, não implantou sequer um curso superior e não se atentou com a questão do analfabetismo, ainda porque toda a produção agrícola era aguentada pela mão-de-obra escrava.

Ainda no decorrer do Segundo Império começaram a aparecer, por todo o Brasil, escolas originadas pelos trabalhos de pregação de missionários evangélicos presbiterianos vindos dos Estados Unidos da América. Os presbiterianos fundaram escola fundamental que limitava apenas aos protestantes e maçons circunstância que a comunidade permanecia sem estudar.

Durante a República velha, copiaram-se a constituição dos Estados Unidos, deram seqüências ao ensino particular e proibiram o ensino público. No Estado Novo impediram o processo educativo pelos estrangeiros existentes no Brasil, em virtude à imigração europeia e asiáticas, que começaram a ignorar a Língua Portuguesa. Foi barrada pelo o governo que ignorou também o Ensino público e básico.

Durante República, o período da Primeira República, produziu uma farta legislação sobre o ensino superior em todo o país e os ensinos

secundários e primário que se tornaram inoperantes com a Constituição de 1891 e a vitória do federalismo, “que deferiu aos estados a atribuição do ensino primário, dando-lhes o direito de organizar os seus sistemas escolares, sem fixar as diretrizes de uma política de educação nacional” (ZOTTI, 2004. p.68).

Na década de 70 começou ações do movimento brasileiro de alfabetização (MOBRAL), que atingiu 30 milhões de jovens e adultos nos 3.953 municípios em que adentrou. Extinto em 25.11.1985 deu origem a Fundação Educar.

O MOBRAL, no Brasil, emergiu enquanto luta pela educação popular e assim como:

“...nos países dependentes, pode ser analisada sob dois ângulos: a) política externa, b) política interna. No Brasil o primeiro nos conduz ao MOBRAL que tem como objetivo a adaptação, a preparação da mão-de- obra para o mercado de trabalho. Para isso o indivíduo deve ser alfabetizado a fim de receber numa forma mais fácil as informações e o treinamento que lhe permitirão desenvolver o trabalho que lhe está reservado no desenvolvimento do país, ou seja: o indivíduo é condicionado e instrumentalizado” (BARBOSA, 1984, p. 22)

Também no início dos anos 80, com o objetivo fundamental de gerar a participação comunitária, entraram em ação o Programa Nacional de Ações Sócio - Educativo para o Meio Rural (PRONASEC) e o Programa de Ações Sócio- Educativo e Cultural (PRODASEC), centrado nas zonas urbanizadas.

No entanto, essas iniciativas não resolveram o problema de ampliar efetivamente a alfabetização. No Brasil hoje, os atuais governantes brasileiros têm despendido grandes esforços para afastar o analfabetismo e para proporcionar educação em todos os níveis à sociedade.

Atualmente a principal motivação, de vários autores que pesquisam sobre o processo de construção da escrita, na perspectiva da teoria desenvolvida por Emília Ferreiro, deve-se ao fato dessa abordagem focar a origem e a evolução das funções a psicogênese da escrita da criança em relação à alfabetização.

Para a autora:

O desenvolvimento da alfabetização ocorre, sem dúvida, em um ambiente social. Mas as práticas sociais, assim como as informações sociais, não são recebidas passivamente pelas crianças. Quando

tentam compreender, elas necessariamente transformam o conteúdo recebido. Além do mais, a fim de registrarem a informação, elas a transformam. Este é o significado profundo da noção de assimilação que Piaget coloca no âmago de sua teoria (FERREIRO, 1999, p. 24).

Em decorrência das conclusões obtidas por Ferreiro, as estudosas nessa abordagem sentem a precisão de uma reestruturação nos conceitos, nas práticas e nas posturas didáticas, repensando a função do professor alfabetizador e, principalmente, analisando a criança como o sujeito que está se desenvolvendo num ambiente social cuja alfabetização se realiza num processo de construção de conhecimento referente ao sistema alfabético da escrita.

Neste sentido, a criança não está sendo alfabetizada por alguém, mas sim está alfabetizando-se ao interagir com o meio e com as pessoas que a rodeiam.

2.4 A leitura e a escrita na alfabetização

No processo de alfabetização, num certo momento a criança dá um grande salto, que muitas vezes é chamado como estalo da alfabetização.

Supõe-se que este estalo acontece quando o aprendiz compreende que no sistema alfabético, os segmentos gráficos concebem segmentos de som.

No início tudo muito simples, mas com o passar do tempo o alfabetizando compreende que as coisas são um pouco mais complicadas do que parecem. Então é imperioso, cada vez mais, desafiar esta criança, para que possa fazer novos descobrimentos sobre a leitura e escrita.

O educando precisa achar que nem sempre o casamento do som e das letras é monogâmico, como o modelo ideal do sistema alfabético, que cada letra corresponde a um som e cada som corresponde somente a uma letra, tendo uma correspondência biunívoca entre sons da fala e letras do alfabeto.

No português acontecem poucos casos de correspondência biunívoca.

O som da vogal *i* é um bom exemplo para perceber este caso. Se a vogal *i* está em posição de sílaba acentuada, ela será representada pela letra *i*, como nas palavras *vida* e *saci*. Mas se a vogal *i* estiver numa sílaba átona final, corresponde a letra *e*, como no caso de *vale* e *morte*.

Existe também um caso onde ocorre ditongação de todas as vogais tônicas localizadas na última sílaba quando uma consoante vem depois, como na pronuncia da palavra *rapaz* (*rapaiz*), de *pés* (*peis*) e de *luz* (*luis*).

É importante que o alfabetizador esteja apto a explicar esta relação de letras e som. Um outro tipo de relação, mais difícil, que ocorre entre letras e sons é a concorrência entre duas letras, que podem representar o mesmo som, no mesmo lugar. Sendo o caso das letras *s* e *z*, que nas palavras *mesa* e *reza*, ocupam o mesmo espaço, ficando entre duas vogais. Entre outras, com *c*, *ç* e *ss*; *ch* e *x*; *g* e *j*.

Por isso é importante seguir as etapas naturais do aprendiz. Deixa-lo explorar bastante a hipótese da monogamia, para começar fornecer-lhe material que entre em contradição com sua hipótese já construída. Depois, aos poucos, devem-se introduzir letras para que comece a construir novas hipóteses.

Quando uma criança não consegue passar de uma hipótese para outra, ela começa a cometer falhas na leitura e escrita. A leitura fica lenta, com soletração a casa sílaba, e a escrita com repetição de letras, omissão de letras, trocas na ordem de letras, falhas decorrentes da insegurança entre os formatos das letras entre outros.

A partir do momento que o aprendente não comete mais erros como nas escritas das palavras *patu* (*pato*); *devi* (*deve*); *tonbo* (*tombo*); *treis* (*três*), a transição entre a primeira e a segunda etapa está completa.

Mas a próxima etapa durará por toda a vida do indivíduo, pois haverá sempre um momento de insegurança sobre a ortografia correta de algumas palavras, em que duas ou mais letras possam causar o mesmo som em uma mesma posição numa palavra como as letras *s*; *z*; *c*; *x*; *h*; *j*; *g*, etc.

Quando necessário, também é interessante contar a criança um pouco sobre a história de nossa língua, que vem do latim o que influencia muito até hoje, para que entendam por que tantas letras podem causar um mesmo som.

O professor deve estar prevenido também com o linguajar, uma das causas que podem ocasionar alguns problemas na aprendizagem, pois a criança a principio

escreve da mesma maneira que fala, mas sempre tendo o cuidado para nunca desrespeitar a modo pela qual falam.

Com um bom trabalho nessa etapa, as crianças não terão problemas ao saber que letras são imperiosas para representar determinados sons e onde pode ocorrer a concorrência entre as letras.

Um outro passo em que o professor deve trabalhar bastante é a etapa dos sufixos, fazendo com que o alfabetizando compreenda a regularidade da morfologia. Se o indivíduo conseguir entender que apesar da letra *s* provocar o mesmo som que a letra *z* na palavra *riqueza* ela não poderá ser escrita de outra forma, pois *riqueza* corresponde ao nome de uma qualidade, que é proveniente de um adjetivo que mais o pedacinho – *eza*, alterar-se em substantivo, sempre que ele for escrever qualquer palavra que se adapte nessa regra não encontrará dificuldades para escrevê-la. Com o estudo dos sufixos a criança poderá distingui-los nas palavras facilitando-a na escrita.

Distinto exemplo da relevância do trabalho com sufixo são as palavras que terminam com *agem*, se a criança compreender que toda palavra acabada com este pedacinho escreve-se com *g* e não com *j*, guardará na sua memória e prestará mais atenção em outras coisas.

Existe também, o caso dos prefixos que auxilia a fixar a grafia correta das palavras, como por exemplo, o prefixo *ex-* de expulsar e excomungar.

Enfim, depois de diverso descobrimento o educando conterà mais segurança em eleger a letra correta para simular um determinado som.

2.5. Dificuldades em ler e escrever

O campo da educação nem sempre é rodeada apenas por sucessos e aprovações. Muitas vezes, no transcorrer do ensino, se encontra com problemas que deixam os alunos paralisados ante do processo de aprendizagem, assim são considerados pela própria família, professores e colegas. É importante que todos os envolvidos no processo educativo estejam precavidos a essas dificuldades, notando se são momentâneas ou se prosseguem há algum tempo (BARROS, s.d).

As dificuldades podem ocorrer de fatores orgânicos ou mesmo emocionais e é importante que sejam descobertas a fim de auxiliar o desenvolvimento do processo educativo, compreendendo se estão agregadas à preguiça, cansaço, sono, tristeza, agitação, desordem, dentre outros, analisados fatores que também desmotivam o aprendizado (ANTUNES, 2008).

A ocorrência de existirem crianças que não conseguem obter sucesso na aprendizagem escolar sempre chateou estudiosos das várias áreas do saber. Muitos deles, segundo Campos (1997) ponderando os problemas de aprendizagem chegaram a diversos termos e definições, sem, contudo, estabelecerem um conceito sobre eles.

Para a referida autora, dificuldade de aprendizagem faz referência a alguma desordem na aprendizagem geral da criança, derivado de fatores reversíveis onde normalmente não possui causas orgânicas.

Já para Jacob, Loureiro (1996) e Weiss (1997) a dificuldade de aprender pode, contudo, estar pautada a determinantes sociais, da escola e do próprio aluno.

Pelegri e Golfeto (1998) revelam em seus estudos apreensão com as dificuldades de aprendizagem das crianças e salientam que, dentro da estrutura escolar, as crianças de acordo com a sua idade e com seu nível de desenvolvimento intelectual podem exibir diversas realizações, mas que nem sempre obtêm sucesso nesta empreitada.

Discorrendo na aprendizagem direcionada a leitura e a escrita, muito se fala quando estas não ocorrem com naturalidade. Entretanto alguns professores ainda tem a visão de que o aluno não aprende por falta de vontade própria, ou mesmo por abnegação à escola.

Em meio a tantas provocações, a escola ainda precisa se responsabilizar dentre a detecção de tais dificuldades a qual o aluno exhibe, e perceber quais suas origens e a melhor intervenção que o leve a aprendizagem, acatando seus limites e especificidades.

Referindo-se a tipos de dificuldades, podem-se citar várias, pois nas salas de aulas depara-se com alunos com distintas capacidades de conhecimentos, de cultura e de condições de aprendizagem. Alunos que expõem algum transtorno de aprendizagem precisam de atividades diversificadas e mais tempo para construir seu conhecimento.

Quando é compreendida a presença de um déficit no desenvolvimento do reconhecimento e compreensão dos textos escritos, visto que esta desordem não é por causa de deficiência intelectual, e nem a inadequada escolarização, ou então a problemas neurológicos, visuais ou auditivos, então se pode designar este transtorno como dislexia ou transtorno do desenvolvimento da leitura (STANOVICH, 1992).

A palavra dislexia de acordo com a ABD, Associação Brasileira de Dislexia vem do latim: *dis*, de distúrbio, e do grego *lexia*, significa linguagem. Ou seja, dislexia é uma disfunção neurológica que mostra-se como consequência a dificuldades na leitura e escrita sendo de caráter hereditário.

Identificada pela primeira vez por Berklan em 1881, o termo 'dislexia' foi determinado em 1887 por Rudolf Berlin, um oftalmologista de Stuttgart, Alemanha. Ele usou o termo para se referir a um jovem que apresentava grande dificuldade no aprendizado da leitura e escrita ao mesmo tempo em que apresentava habilidades intelectuais normais em todos os outros aspectos.

A dislexia é um tema muito elucidado na educação, pois intervém diretamente no aprendizado e conhecimento por parte do aluno. Cada vez mais os professores, estudantes e especialistas da área da educação focam seus estudos neste obstáculo a fim de achar respostas e soluções para uma transformação no quadro educacional, onde, anseiam que professores e alunos em conjunto trabalhem para melhorar o resultado alcançado através de seus projetos pedagógicos em vista de que o aluno seja favorecido e aprenda, assim como os outros, de modo satisfatório e necessário à vida dele.

Segundo informações (*Revista Comunicar-ano XIII - nº. 52-janeiro/março 2012*), a dislexia abrange quase 4% da população brasileira, ou seja, um número elevado e inquietante ante do problema em diagnosticá-la ou de preveni-la.

A terminologia para essa dificuldade em aprendizagem, a dislexia só virou um título nesta década onde muito se discorreu sobre o tema e quando muitos autores se dedicaram à averiguação da mesma.

O diagnóstico da dislexia deve ser realizado com muito cuidado e pais e professores precisam se aprofundar em conhecimento sobre o tema e avaliar também o processo da alfabetização para que não avaliem suas crianças erroneamente quando o processo de alfabetização ainda está ocorrendo.

A criança com dislexia difere das outras da mesma idade em várias maneiras. Estas diferenças não são evidentes em todas as crianças com dislexia, e elas ocorrem em diversas combinações, assim como no nível de dificuldades varia muito. Por isto é muito importante que os educadores tenham informações dos sintomas da dislexia. (FILHO TAVARES, 2000, p. 256).

2.6 Distúrbios de aprendizagem da leitura e da escrita

As origens dos distúrbios de aprendizagem na área da leitura e da escrita podem ser orgânicas abrangendo cardiopatias, encefalopatias, deficiências sensoriais, motoras e intelectuais, disfunção cerebral e outras enfermidades duradouras; psicológicas vinculadas a desajustes emocionais, ansiedade, insegurança e alta-estima baixa; pedagógicas relacionadas aos métodos impróprios de ensino, ao mau desenvolvimento dos pré-requisitos indispensáveis para o processo de aprendizagem, método do professor, o atendimento nas classes entre outros fatores influentes ao ensino e aprendizagem; socioculturais que diz respeito a falta de estimulação, a desnutrição, a privação cultural do meio; ou dislexia que é um distúrbio de leitura, que é representada por um déficit na competência de simbolizar e comumente só é percebida na primeira e segunda série do ensino fundamental.

O atraso na obtenção das primeiras palavras; fala inadequada; dificuldades de aprendizagem e de retenção das palavras; inversão, rotação na escrita, omissões e substituições na leitura; repetição de erros gráficos; problemas de lateralidade e dominância cerebral; dificuldades de descobrir palavras para se expressar e escrita ilegível e incompreensível são as determinantes mais relevantes para as dificuldades especiais de linguagem.

Podem-se localizar umas das características citadas acima em crianças que exibem distúrbios de leitura, sendo importante destacar que tais características não se exibem numa única criança.

O aluno que apresenta dificuldades na leitura oral exibe dificuldades na percepção visual ou auditiva, canais indispensáveis para perceber informações que serão processadas em seu cérebro, quando há uma distorção em um desses canais a criança exibirá distúrbio na leitura.

Nas dificuldades da discriminação visual auditiva descobre-se os problemas de discriminar os sons, principalmente os sons semelhantes. Por isso as dificuldades mais comuns são as trocas de consoantes f/v; p/p; ch/j; t/d; s/z;c/g e de vogal oral por nasal na/a; em/e; in/i; on/o; um/u, pontuação imprópria ou ausente; incapacidade para ouvir sons iniciais ou finais das palavras entre outras dificuldades.

As dificuldades na abrangência da leitura são causadas pela velocidade da leitura, quando o indivíduo faz a leitura silabada não consegue reter o texto evitando uma boa compreensão, por ter uma falha em seu vocabulário, incapacidade de tirar conclusões.

Não obstante não se pode deixar de mencionar a dislexia que é uma das causas dos distúrbios de leitura e se apresenta em crianças com dificuldades em identificação de símbolos gráficos; letras e números; no começo da alfabetização e que induz a um fracasso nas áreas que defendem a leitura e a escrita.

2.7 O papel do professor junto aos alunos com dificuldade de aprendizagem

Sabe-se da acuidade do papel do professor na aprendizagem das crianças, pois é por meio dele que ocorre a mediação, ou seja, o professor proporcionará um momento onde suas relações determinarão resultados significativos para a aprendizagem, permitindo o ensino mais benéfico, estimulante e por que não, de fácil compreensão.

Para que este processo ocorra, é imperioso o olhar vigilante do professor a todos os alunos, pois por meio de seus gestos, sua fala, as construções coletivas do conhecimento, considerando que a interação que ele proporciona induzirá a perceber o processo de aprendizagem do aluno ou as dificuldades originadas por ele. O professor deve ser um amigo, alguém que está na sala de aula por inteiro, entendendo as relações e nelas interferindo quando necessário. Para isso, o professor deve ter conhecimento dos conteúdos a serem trabalhados com os alunos, devendo com seriedade e responsabilidade à palavra Educador, por fim, que trabalhe com profissionalismo.

Segundo Vygotsky (1991), o educador precisa atuar na zona de desenvolvimento proximal (ZDP), levando a criança do nível de conhecimento real ao nível de conhecimento potencial

ZDP é a distância entre o nível de desenvolvimento real, que se costuma determinar através da solução independente de problemas, e o nível de desenvolvimento potencial, determinado através da solução de problemas sob a orientação de um adulto ou em colaboração com companheiros mais capazes. (OLIVEIRA, 1993, p.60).

A partir desse pensamento pergunta-se se os professores têm ciência da importância da sua função, se eles compreendem a encargo que têm em mãos.

A escola, assim como o professor, coopera no processo de construção do papel do professor quando estabelece o Projeto Político Pedagógico. Este documento não deve ser somente um acumulado de folhas escritas, ele deve ser a linha chefe da construção do conhecimento e expor as funções de cada profissional na escola, o que a escola almeja. Isto porque o professor não é apenas um mero transmissor de informações, mas sim um coparticipante imprescindível neste processo de ensino-aprendizagem.

A escola deve olhar o aluno como um mortal em desenvolvimento que precisa de atenção, carinho, responsabilidade, deve ter finalidades claras que levem o aluno a um processo de aprendizagem privilegiado. Seguindo esta linha, tem-se o pensamento de Piaget com relação à escola e professor, que diz: "... o adulto deve, pois, ser um colaborador, e não um mestre, do duplo ponto de vista moral e racional" , "que só concebemos uma disciplina autônoma e interior em uma sala de aula na medida em que o trabalho admita a maior parte de iniciativa e de atividade espontânea por parte da criança (CARVALHO, 2001 apud ANTUNES, JUNGBLUT, 2008).

Este pensamento só robustece a importância do papel do professor, um profissional atento ao seu grupo, as suas aprendizagens e suas dificuldades. Um profissional que mediante uma dificuldade preocupa-se em trazer soluções, em se capacitar para interferir da melhor maneira plausível. Por outro lado, este profissional deve instigar a autonomia do aluno, para que tenha habilidade de empregar os conhecimentos escolares tendendo assimilar conhecimentos e procedimentos, bem

como ampliar a percepção e a escolha da melhor maneira de resolver e solucionar seus problemas ou a execução de novas tarefas.

Se na prática isso realmente ocorre, o professor estará preparado para ajudar o aluno a resolver as dificuldades que surgem no processo da aprendizagem.

Assim, Luckesi (2000) assegura que distinguindo a origem e constituição de um erro, pode-se superá-lo, com benefícios expressivos para o crescimento.

Quando este procedimento de reorientação ocorre entre o professor e o aluno é provável compreender tomando como base um padrão cognitivo ou prático, um ponto de partida para compreensão do erro, identificando-o e induzindo o aluno a superá-lo.

Luckesi (2000) assegura ainda que o erro é a amostra de um conhecimento não aprendido, mas que precisa de atenção para que possa acontecer o avanço na aprendizagem do aluno e se o professor abarca este desvio, possibilitará a sua correção e automaticamente uma boa aprendizagem.

Por fim, entende-se que o professor não deve apontar ou punir o aluno por não ter compreendido o conteúdo trabalhado, mas deve saber orientá-lo da melhor forma possível.

3 MATERIAIS E MÉTODOS

Para realizar esta pesquisa de conclusão de curso foi realizada uma revisão bibliográfica, cuja busca de informações utilizou as palavras-chave relacionadas ao tema proposto, sendo realizada entre os meses de janeiro de 2014 a novembro de 2014.

Buscamos por meio do levantamento bibliográfico um conhecimento aprofundado em relação ao tema, realizando a pesquisa científica por intermédio de periódicos, livros, artigos teses e dissertações e acervos da biblioteca das Faculdades Integradas de Itapeva/SP.

Deste modo a pesquisa fundamentou-se na realidade do profissional e no enfrentamento as questões que cercam a profissão, permitindo analisar, avaliar e refletir sobre as questões ligadas a suas funções, ampliando seus conhecimentos e desenvolvimento profissional.

4 RESULTADO E DISCUSSÃO

Para Santos (s.d) a leitura e escrita não são padrões natos do comportamento humano, isto é, não nascem prontamente no indivíduo, necessitam ser construídos. Esta construção sucede em cerca de 80% no mundo da escola, embora de o hábito da leitura principiar desde o momento em que a criança principia a balbuciar nas suas primeiras palavras.

Abud (1987) observa que a leitura é a embasamento para aquisição de uma cultura geral; ela é, por conseguinte, o fundamento da aprendizagem escolar; a escrita; depois da fala é um dos fundamentais instrumentos do processo de comunicação e expressão, utilizando-se da linguagem escrita o homem pode compartilhar suas ideias a alguém ou simplesmente externar seus anseios e seus pensamentos.

Já Smolka (2003) e Soares (1999) percebem que, o ensino da língua deve ser instituído em prática discursiva, em torno de textos orais, escrito, em diversos tipos de gêneros, e que também é subordinado das condições de produção de quem fala ou escreve, para quem fala ou escreve, quando e onde fala e escreve.

Santos (s.d) enfatiza que aprender a ler e escrever são processos cumulativos e duram por toda a vida. São partes complementares e imprescindíveis para o processo de desenvolvimento do indivíduo na sociedade, ficando a escola um dos espaços nos quais as crianças se encontram com a leitura sistematizada através dos livros e de outros meios.

Conforme Soares (1999, p. 3), o conceito de letramento não concebe a língua como processo de comunicação ou instrumento de entendimento, mas a analisa como um processo de influência mútua em que o interlocutor vai estabelecendo sentido e definição ao longo de suas trocas linguísticas, formando significados, segundo a relação que mantém com a língua, com o tema sobre o qual fala ou escreve.

Para Santos (s.d) está mais do que evidenciado de que o sucesso escolar depende muito da capacidade de ler e escrever que o educando contrai ao longo dos 5 primeiros anos da Educação Básica, ou seja, da alfabetização (1º ano) ao 5º ano. É nesta fase que o binômio leitura e escrita deve ser cogitada de forma rica e

diferenciada, proporcionando ao educando vários tipos de leituras que sejam de acordo com sua faixa etária, interesse individual e coletivo.

5 CONCLUSÃO

Percebe-se que há várias metodologias para ensinar escrever. Alfabetizar é oferecer condições a criança de ser capaz de ler e escrever fazendo o uso adequado da língua escrita significa por fim, orientar a criança para o domínio do processo da escrita.

Atualmente a educação está peregrinando para alfabetizar letrando. No processo de alfabetizar e letrar é indispensável que os educadores contenham claros tais conceitos, pois alfabetização é um processo específico e imprescindível de apropriação do sistema da escrita, a aquisição dos princípios alfabético e ortográfico que permite ao educando ler e escrever com autonomia e letramento, é o processo de inclusão e participação na cultura escrita, processo este que tem início quando a criança principia a conviver com as diferentes manifestações da escrita na sociedade e se propaga por toda a vida, com a crescente possibilidade de participação nas práticas sociais que abrangem a língua escrita.

Ferreiro (2003) esclarece que o conceito de alfabetização altera de acordo com as épocas, as culturas, a vinda das tecnologias e demais inovações, tornando-se por isso, indispensável que o professor esteja aberto às mudanças que acontecem em seu tempo. O acompanhamento das mudanças exige do alfabetizador novas formas de tornar dinâmico e prazeroso o processo de alfabetização.

Este trabalho analisa que alfabetização e letramento são processos distintos, cada especificidade, mas complementares e inseparáveis, ambos indispensáveis para a aquisição da leitura e da escrita pelos educandos. Neste sentido não se trata de sugerir entre alfabetizar ou letrar, trata-se de harmonizar esses dois processos certificando aos alunos a apropriação do sistema alfabético – ortográfico e condições possibilitadoras do uso da língua nas práticas sociais de leitura e escrita, percebe-se que a ação pedagógica mais apropriada e produtiva é aquela que considera, de maneira pronunciada e simultânea, a alfabetização e o letramento.

É preciso alterar o aprender, e isto demanda tempo, que não sucede de uma hora pra outra, porque demandam forças de muitos segmentos, segmentos estes que na maioria ultrapassam o ambiente escolar. Como o social, econômico,

tecnológico, político e muitos marcham alheios aos objetivos da educação. O desafio da escola atual está em sua contribuição á redefinição dos saberes e dos valores suscetíveis a participar dos processos de construção de novos cenários, num mundo ao mesmo tempo pleno e intercultural.

6 REFERÊNCIAS

- ABUD, M. J. M. **O ensino da leitura e da escrita da fase inicial da escolarização**. São Paulo: EPV, 1987.
- ALMEIDA, V. F; FARAGO, A. C. **A importância do letramento nas séries iniciais**. Graduação-Centro Universitário UNIFAFIBE-Bebedouro –SP Cadernos de Educação: Ensino e Sociedade, Bebedouro-SP, v.1, n.1, p. 204-218, 2014.
- ANTUNES, S. F. F; JUNGBLUT, C. A. **O papel do professor e as dificuldades de ensinagem**. 2008. Disponível em: http://www.redemebbox.com.br/index.php?option=com_content&view=article&id=638:o-papel-do-professor-e-as-dificuldades-de-ensinagem&catid=133:171&Itemid=21. Acesso em 20. Jun. 2012.
- ARAÚJO, M. C. C. S. **Perspectiva histórica da alfabetização**. Viçosa: Imprensa Universitária, 1996.
- BARBOSA, J. J. **Alfabetização e Leitura**. São Paulo: Cortez, 1994.
- BARROS, J. **Dificuldades de Aprendizagem**. <http://www.brasilecola.com/educacao/dificuldades-aprendizagem.htm>. Acesso em 22. Jun.2012.
- CAMPOS, L. M. L. A rotulação de alunos como portadores de “distúrbios ou dificuldades de aprendizagem”: uma questão a ser refletida. **Série Ideias**, n.28, p. 125-139. São Paulo: FDE, 1997.
- CENED. **Alfabetização: um processo em construção**. Centro de Educação a Distancia. Brasília/DF: CENED, 2003.
- CESCA, M. I. Salvador. **Visão Histórica do Ensino–Aprendizagem da Lecto escrita**. 2004. Disponível em: <<http://members.tripod.com/pedagogia/lectoescrita.htm>>. Acesso em 25. Julh.2014.
- COMUNICAR. **Revista do Sistema de Conselhos Federal e Regionais de Fonoaudiologia**. Ano XIII – Nº. 52 – Janeiro de 2012.

FERREIRO, E. Alfabetização e cultura escrita. **Revista do Professor**. Nova Escola. São Paulo: maio de 2003.

_____. **Reflexões sobre alfabetização**. Trad. Horácio Gonzalez (et al). São Paulo: Cortez, Autores Associados, 1985.

_____. **Psicogênese da Língua Escrita**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1999.

FILHO TAVARES, T. E. **Distúrbio da Aprendizagem**. Programa de Educação Especial / Universidade Federal Fluminense, 2000.

FRANCHI, E. P. **Pedagogia da alfabetização**. São Paulo: Cortez, 1985.

JARDINI, R. S. R. **Passo a Passo da intervenção nas Dificuldades e Distúrbios da Leitura e Escrita**: Abordagem pelo método das Boquinhinhas. 2ª. Edição. Ed. Pulso, 2009.

JACOB, A. V; LOUREIRO, S. R. **Desenvolvimento afetivo**: o processo de aprendizagem e o atraso escolar. Paideia, FFCLRP-USP. Ribeirão Preto, fev/ago, 1996.

LAGOA, A. **Afinal, o que é alfabetizar?** Nova Escola, Agosto, 1990.

LUCKESI, C. C. **Avaliação da Aprendizagem Escolar**. 10 ed. São Paulo: Cortez, 2000.

MARROU, H. I. **Historia da Educação na Antiguidade**. São Paulo: Cadernos de Pesquisa, 1985.

OLIVEIRA, M. K. **Vygotsky: Aprendizado e Desenvolvimento um processo sócio-histórico**. São Paulo: Scipione, 1993.

PELEGRINI, R. M; GOLFETO, J. H. **Problemas de aprendizagem: um enfoque em psiquiatria infantil**. Ribeirão Preto: Legis Summa, 1998.

PEREIRA, J. M; FERREIRA, H. M. **Construtivismo: (des) metodotização do processo de alfabetização**. (s.d). Disponível em: <http://www.educacao.salvador.ba.gov.br/site/documentos/espaco-virtual/espaco->

[escola/apoio/Construtivismo-desmetodizacao-do-processo-de-alfabetizacao.pdf](#).
Acesso em: 20. Jul. 2014.

RIZZO, G. **Alfabetização Natural**. 3 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

SANTOS, E. B. C.. (s.d). **Os desafios de se trabalhar a leitura e a escrita nas series iniciais do ensino fundamental**. Disponível em: http://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&ved=0CB0QFjAA&url=http%3A%2F%2Fcoordenacaoescolagestoes.mec.gov.br%2Fuft%2Ffile.php%2F1%2Fmoddata%2Fdata%2F1003%2F1221%2F2477%2FTCC_ESTER_1_1_Enviado_em_PDF.pdf&ei=O1MsVLb7NlfOggS67YCICg&usq=AFQjCNFPCyiRo-OcJYGDGBTB81EsvFlalg&sig2=zoBh3ES2-BK_GFuMzxPfaG. Acesso em 10. Ago. 2014.

SMOLKA, A. L. B. **A criança na fase inicial da escrita: Alfabetização como processo discursivo**. São Paulo: Cortez, 2003.

SOARES, M. **As muitas facetas da alfabetização**. São Paulo: Cadernos de Pesquisa, 1985.

_____. **Letramento: um tema em três gêneros**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 1999.

_____. **Letramento: um tema em três gêneros**. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

_____. **Linguagem e escola: uma perspectiva social**. São Paulo: Ática, 1988.

STANOVICH, K. E. **Speculations on the causes and consequence sof individual differences in early Reading acquisition**. In P,Gough, L, Ehri R,Treiman (Eds), Reading acquisition (pp,307-342),Hillsdale, NJ: Erlbaum Associates,1992.

VYGOTSKY, L. S. A. **A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores**. São Paulo: Martim Fontes, 1991.

WEISS, M. L. L. **Psicopedagogia clínica: uma visão diagnóstica dos problemas de aprendizagem escolar**. Rio de Janeiro: DP&A, 1997.

ZOTTI, S. A. **Sociedade, Educação e Currículo no Brasil: dos jesuítas aos anos de1980**. Campinas/SP: Autores Associados, Brasília/DF: Plano, 2004.